

A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO NA EDUCAÇÃO: UM ENFOQUE SOBRE A EDUCAÇÃO CORPORAL DO SER SOCIAL.

Valmir Arruda de Sousa Neto¹

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma análise histórica da Educação, em especial da Educação Física no qual refletiremos sobre os diversos modelos de sociedade e os interesses que norteavam a educação dentro dessas realidades, reflexão esta que se torna necessária para compreensão da função social exercida pela Educação Física na contemporaneidade. Iniciaremos esse resgate analisando o modo de organização social presente nas comunidades primitivas chegando ao homem antigo. Posteriormente nos debruçaremos sobre o sistema feudal e suas práticas educativas, para finalmente direcionarmos nossa olhar ao modelo de formação do homem burguês e o início dos processos educacionais no nosso país. Percebemos que no transcorrer da história os modelos educacionais se moldavam conforme as necessidades das classes dominantes, classes essas que começam a se constituir quando a propriedade deixa de ser coletiva se tornando privada e a produção é maior que o consumo, gerando o excedente. Notamos que na cronologia estudada sempre que havia uma mudança na camada da sociedade que estava no poder, mudavam também os modos de educar os mais jovens, entretanto o objetivo era sempre o mesmo: a manutenção e ampliação das riquezas. Identificamos que em diferentes momentos históricos a educação sempre teve o mesmo fim e a educação física serviu de ferramenta para a realização desses objetivos.

Palavras Chaves: Educação, educação física, sociedade.

1. Introdução

Entender a evolução da educação durante os tempos é resgatar a própria história da evolução do homem e das sociedades. Ao tentarmos fazer um paralelo entre sociedade e educação poderemos perceber a estreita relação existente e a forte influência que uma exerce sobre a outra.

A relevância deste entendimento está na possibilidade de uma maior compreensão do que acontece na contemporaneidade em relação às questões da educação corporal. Buscar a compreensão de como a educação esteve a serviço das classes dominantes e a importância de existir uma educação corporal que comungasse com esse processo nos trás às claras as verdadeiras funções exercidas por tais mecanismos para as camadas que detinham o poder.

¹ Professor de Educação Física da rede privada
Coordenador Pedagógico da rede privada

Buscar como se constituiu a educação durante os vários períodos históricos e a relação existente com o contexto socioeconômico é tentar compreender as relações até hoje existentes dentro das sociedades.

Tentaremos mostrar essa influência desde a comunidade primitiva até as sociedades mais contemporâneas, buscando uma conexão entre a realidade socioeconômica, educação, educação corporal para assim podermos compreender melhor os caminhos historicamente percorridos pela educação corporal refletindo a importância na formação ser social.

2. A educação da comunidade primitiva ao homem antigo: aspectos que promoveram as mudanças do ser social.

“Escrava da natureza, a comunidade persistia, mas não progredia” (Ponce, 2005, p.18).

Ao analisarmos esta afirmativa de Ponce (2005) poderíamos sugerir que o homem primitivo buscava apenas a sua sobrevivência. Poderíamos ainda descrever este modelo de sociedade como uma coletividade pequena ou tribo, assentada sobre a propriedade comum de terra e unida por laços de sangue, os seus membros eram indivíduos livres, com direitos iguais (Ponce, 2005).

Quanto à educação neste modelo social se tratava de uma ação espontânea, natural, onde através da convivência os mais novos aprendiam com os mais velhos. Poderemos notar isto mais claramente quando Ponce (2005, p. 19) nos diz

Usando uma terminologia a gosto dos educadores atuais, diríamos que, nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida; para aprender a manejar o arco, a criança caçava, para aprender a guiar um barco, navegava. As crianças se educavam tomando parte nas funções da coletividade. E, porque tomava parte nas funções sociais, elas se mantinham, não obstante as diferenças naturais, no mesmo nível que os adultos.

A transmissão do acervo da cultura corporal² ou educação corporal está presente neste contexto como o processo de educação que transmite os conhecimentos

² O acervo da cultura corporal de uma época se refere ao leque de conhecimentos motores enquanto linguagem corporal acumulados historicamente pelas sociedades e passado de geração em geração até a época existente. Contudo, os conhecimentos de uma época correspondem às possibilidades materiais criadas na sua época (Sousa Sobrinho, 2010).

necessários a sobrevivência, tanto para suprir as necessidades básicas, se alimentar, como para conseguir se defender dos predadores naturais e de outras tribos rivais.

Este quadro começa a mudar quando vemos surgir uma sociedade dividida em classes tendo, provavelmente, uma dupla origem: o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada. Trazendo também como consequências à substituição do matriarcado – a filiação materna deu lugar à filiação paterna – criando também uma nova organização familiar onde o pai assume o lugar de chefe e a esposa será aquela que gerará seus herdeiros e cuidará da sua casa dando origem à submissão da mulher ao marido, Ponce, (2005, p.32) aborda o assunto dizendo

no momento em que surge a propriedade privada e a sociedade de classes, aparecem também, como consequências necessárias, uma religião com deuses, a educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos, e a separação entre trabalhadores e os sábios. Sem deixar, entretanto, de ter funções socialmente úteis, a administração dos bens da coletividade transformou-se na opressão dos homens, e a direção, no poder de exploração.

A transição de uma sociedade primitiva, onde uma das principais características era a coletividade, para o início de uma sociedade dividida em classes onde a propriedade privada se sobrepõe a coletividade antes citada será, o balizador desta nossa pesquisa.

Reportaremos-nos agora ao modelo de sociedade onde a divisão da comunidade em camadas estará em evidencia e norteará a nova maneira de o homem se comportar diante do mundo em que vive. Chegaremos à Grécia Antiga, onde investigaremos as educações de Esparta e Atenas tentando estabelecer diferenças e semelhanças nos modelos educacionais, para enfim chegarmos a Roma e como a educação corporal ligava-se as relações de poder das classes dominantes.

As diferenças entre atenienses e espartanos onde comumente ouvimos os seguintes dizeres: educação guerreira, Esparta, educação filosófica, Atenas. Sobre nossa análise tal interpretação é por demais simplória, e tem como única consequência o fato de subestimar as contribuições dadas por esses povos para o desenvolvimento social do ser humano.

Uma análise rígida a respeito do modelo de sociedade constituída na Grécia Antiga deve refletir sobre o modelo socioeconômico erguido nos referidos estados nações que compunham o estado grego.

No momento em que a comunidade se divide em classes, uma começa a se apropriar do trabalho da outra, aquela que detêm os meios de produção passa a dominar, através da força, aquela que não o possui.

Vemos surgir então a prática do comércio que com seu crescimento, a partir do século V a.C., tivemos duas inovações importantes: a cunhagem de moedas, que facilitou muito o processo da troca, e o aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação, que permitiu grandes viagens marítimas (Ponce, 2005).

Neste momento, percebemos que este ideal único de beleza, comumente falado quando nos referimos ao homem grego, não era a única preocupação entre a nobreza, existia também a preocupação com o aumento das riquezas gerando uma necessidade de se educar os filhos para que fossem capazes de manter e ampliar essas riquezas.

Veremos as diferenças e semelhanças desses modelos, conforme os interesses e os contextos econômicos em que estavam passando cada comunidade. Iniciaremos com a Grécia Antiga diferenciando Esparta de Atenas e chegaremos a Roma Antiga.

Quando nos referimos ao estímulo das virtudes guerreiras supervalorizadas pela nobreza espartana entendemos que este fato se dava pela não submissão de parte da população que era muito mais numerosa³, obrigando as classes superiores a transformar sua organização social num acampamento militar.

Aos sete anos, o Estado apoderava-se do jovem espartano, e não mais abria mão dele. De fato, até aos quarenta e cinco anos pertencia ao exército ativo, e até aos sessenta, à reserva. E como o exército era, na realidade, “a nobreza em armas”, o espartano vivia permanentemente com a espada em punho (Ponce, 2005, p.41).

Saindo de Esparta e nos voltando para Atenas, quando falamos na educação ateniense, geralmente temos a idéia, pelo senso comum, de homens com suas túnicas brancas dialogando sobre a natureza, política e filosofia, pessoas pacatas e sutis que

³ ...o número de espartanos propriamente ditos – os nove mil cidadãos dos tempos de Licurgo – era bastante exíguo em relação ao número de habitantes submetidos a seu poder: os 220.000 *ilotas*, que tinham sido dominados depois de sangrentas batalhas e que estavam reduzidos à condição de trabalhadores agrícolas escravos. (Ponce, 2005, p.40)

dedicavam seu tempo à apreciação da natureza e a busca pelo entendimento do comportamento humano.

Para entendermos a importância de uma educação das “virtudes” guerreiras, se faz necessário um entendimento sobre como estava à evolução do comércio ateniense já que era maior produtora de mercadorias do que Esparta, as circunstâncias não impuseram a Atenas uma organização tão estritamente militar. Mas, por isso mesmo, as diferenças de fortuna foram tão marcantes (Ponce, 2005).

Ao Estado, servidor da nobreza, interessava, portanto, fundamentalmente, a preparação física dos seus cidadãos, de acordo com as “virtudes” valorizadas pelos guerreiros (Ponce, 2005).

Palestras, ginásios instituições e *efebos*, tudo estava preparado para isso. As representações no teatro, a conversa nos banquetes, as discussões na Ágora reforçavam nos jovens a consciência de sua própria classe, como classe dominante. Ao terminar o jovem o seu período de efebia, um exame de Estado verificava até que ponto ele havia chagado em sua educação, tanto no manejo das armas, quanto na sua compreensão dos deveres de cidadão (Ponce, 2005, p. 44).

Desvinculadas totalmente do trabalho produtivo, essas classes passaram, pouco a pouco, a considerar as atividades alheias à vida prática e às necessidades básicas, como verdadeiramente características das classes superiores.

O tempo dedicado a essas “atividades”, as quais foram qualificadas com o termo – *diagogos* – que pode ser traduzida como “ócio elegante”, ou “jogo nobre”, ou também “repouso distinto”. E como as concepções religiosas refletem passo a passo os movimentos da sociedade que as produz, os deuses combativos e guerreiros das épocas bárbaras foram cedendo seu posto para outros deuses equilibrados e serenos que saboreavam no Olimpo uma vida de perpétuo *diagogos*. A cerca disto Ponce (2005, p.58) nos diz que

Ao mesmo tempo que este aspecto diagógico da vida foi aumentado de importância para o ateniense nobre, este começou a perceber que os seus filhos necessitavam do auxílio de uma nova instituição, que até agora ainda não encontramos: a escola que ensina a ler e escrever.

Com este quadro se estabilizando eis que surge para a nobreza a necessidade de qualificar a educação que viria a ser dada para seus filhos. Sobre tais instituições Sousa Sobrinho (2005, p.16) nos relata

Uma escola que surge como privilegio das classes dominantes, onde havia uma instrução cultural e física, própria à preparação para o “comandar”. Enquanto isso, as classes exploradas não tinham acesso a qualquer instrução intelectual já que os conhecimentos necessários para a realização das funções sociais a eles atribuídas eram assimilados na própria infância, em rotina prematura de trabalho.

Podemos perceber então que desde a sua concepção a escola foi direcionada para a classe que estava no poder, doutrinando os filhos dos nobres para a perpetuação da sua dominação e aumento das suas riquezas.

Seguindo o mesmo modelo que pudemos observar na Grécia, Roma se expandia através da exploração do trabalho escravo, e a prática agrícola era tão privilegiada que o valor de um homem era medido pela suas quantidades de terra.

A educação, passada de pai para filho, valorizava estas práticas e prepara o jovem romano para perpetuar o nome da família, atrelando suas riquezas a sua nobreza, de um modo bem simples, quanto mais tenho mais nobre sou.

A agricultura, a guerra e a política constituíam o conjunto de conhecimentos sobre o qual o romano nobre devia ter o domínio para realizá-las. Para aprendê-lo, a única maneira era a prática.

A guerra, ele tratava conhecimento com ela, primeiro nos campos de exército, depois na *coorte* do general. Em relação à política, ele se adestrava assistindo às sessões em que se debatiam os assuntos mais ruidosos. Perto da porta do Senado, havia alguns banquinhos reservados aos jovens, e, frequentando-o, eles logo se familiarizavam, como ouvintes, com as próprias funções que logo mais deveriam desempenhar (Ponce, 2005).

Devemos analisar cuidadosamente o que comumente é dito quando nos reportamos a Roma como um “grande centro de atividade física”, conceito comumente encontrado entre alguns historiadores que apenas analisam a história sem lhe expor a um pensamento crítico.

Como uma sociedade escravocrata em que a busca pelo usufruto da riqueza afastava o nobre dos trabalhos físicos o que gera um grande antagonismo entre trabalho e ócio, aparece claramente o desprezo pelo trabalho, função exclusiva dos escravos. Assim os “escravos mais robustos e temíveis não eram apunhalados à traição como em Esparta, mas educados como gladiadores, com o que Roma conseguia, ao mesmo tempo, distrair-se e proteger-se” (Ponce, 2005, p. 64).

Com o crescimento das propriedades⁴ crescia também o número de escravos e o afastamento dos nobres do contato com os mesmos, aumentava também a crueldade e pioravam as condições de trabalho, visando somente o aumento da produtividade. O terror e os castigos, pelo fato de terem sido durante muito tempo o único acicate para manter desperto o trabalho escravo, repercutiram de modo extenso e contraproducente sobre o rendimento desse trabalho. Com maus-tratos não se conseguia produzir nada de boa qualidade, nem em quantidades apreciáveis.

Incapazes de fertilizar o solo e de trabalhar com competência o mineral, os romanos estavam sempre à procura de terras aráveis. E como estas exigiam muitos braços, o exército de escravos se tornava cada vez mais compacto. Para remediar de algum modo esta falta de qualidade do trabalho do escravo, os proprietários começaram a premiar os melhores trabalhadores, oferecendo-lhes algum *peculium*⁵, além da possibilidade de comprar a sua liberdade. E como este preço era sempre superior ao da compra, resultava que libertar escravos era um negócio quase tão bom quanto adquiri-los (Ponce, 2005).

Os escravos libertos e os pequenos proprietários que, no século IV a.C., foram, em sua maioria, arruinados pelos latifúndios, passaram a se dedicar ao comércio e as indústrias livres, surgindo assim novas “camadas” na sociedade romana. Os que haviam sido antigos escravos aprenderam o seu ofício na casa de seus amos, de algum velho e instruído escravo. Nesse sentido, cada lar romano foi para os escravos uma escola elementar de artes e ofícios. Os que haviam sido antigos proprietários, ao contrário, tiveram de aprender agora, dos escravos instruídos, muitas coisas que, até então, tinham considerado desprezíveis (Ponce, 2005).

Com esta nova camada social surgindo e ganhando força no declínio do império romano eis que surge uma “nova educação” para suprir os anseios desta nova classe que ascendia pelo domínio das riquezas. A cerca disso Ponce (2005, p. 66-67) nos relata

A necessidade de uma “nova educação” começou a se fazer sentir em Roma a parti do século IV a.C., da mesma forma que, um século atrás na Grécia, no

⁴ À medida que os domínios rurais aumentaram de tamanho, levando também a um aumento do número de escravos, as relações entre amo e escravo adquirem um aspecto diferente do que tinham na época da pequena propriedade. Vivendo longe das suas terras, o romano nobre já não era colaborador dos seus escravos, que estavam debaixo das ordens de um intendente – um liberto ou um escravo de confiança – que cuidava atentamente das rendas do seu patrão. (Ponce, 2005, p. 64)

⁵ *Peculium* – parte do rebanho doado ao escravo que o guardava. Economia de escravos. Dados retirados do site <http://www.dicionariodoaurelio.com/>, no dia 13 de outubro de 2010 às 10h35.

mesmo momento em que a antiga classe aristocrática e rural começa a ceder posições a outra classe que se firmava, a comerciante e industrial. Unidos em confrarias e corporações, os comerciantes e os artesãos, que haviam aprendido a defender-se desse modo, começaram a ter influência política e a gozar de consideração social. A partir do século III a.C., eles têm lugar de honra nos espetáculos e passam a ser convidados para os banquetes. Artesão como qualquer outro, o professor primário – o *ludimagister* – era um antigo escravo, um velho soldado ou um proprietário arruinado, que alugava um estreito compartimento chamado *pérgula* e abria ali a sua “loja de instrução”. Como as instalações davam para a rua, todos os ruídos chagavam até a escola, e, para que a semelhança com os outros “negócios” fosse completa, as primeiras escolas que se abriram em Roma se instalaram no *Foro*, entre as mil e uma tendas de mercadorias que ali existiam. Não é necessário dizer que o ofício de professor, da mesma forma que em qualquer outro que se ganhava salário, era profundamente desprezado. Aos olhos dos romanos, da mesma forma que na opinião dos gregos, o salário era uma prova de servidão, e é sabido que Sêneca, depois de Cícero, se recusou a incluir a profissão de professor entre as profissões liberais, isto é, entre as profissões de “homens livres”.

Fica claro que, desde o surgimento do ofício de professor, a educação nada mais é do que uma “prestadora de serviços” para as classes dominantes, que fazem seu uso para disseminar ideologias, mesmo com as transformações acarretadas pela luta de classes no interior da própria classe dominante. Da mesma que sempre encontramos na sociedade de classes uma divisão entre aquela que domina e a que é dominada, a primeira que explora e usufrui das riquezas produzidas e a segunda que é explorada e produz as riquezas materiais de uma dada época histórica.

O que percebemos neste período foi à crise desta nobreza agrícola e a ascensão do comércio e da indústria foram elementos determinantes para que a educação mais uma vez fosse inserida como ferramenta de dominação. Assim como, a própria evolução da educação surge como meio de garantir aos trabalhadores condições mínimas de sobrevivência e que não significa necessariamente a conquista de melhores condições de vida.

3. O feudalismo e a consolidação, através do cristianismo, da educação como fator de dominação sociocultural.

A decadência do império romano está expressa no aumento da miséria, tal fato apenas confirma que a exploração dos domínios enormes – latifúndios – por verdadeiros exércitos de escravos já não era capaz de produzir a riqueza suficiente para a continuidade do modelo reprodução da vida instituído no interior da Roma Antiga.

O fim do império Romano é concretizado quando o cultivo em pequena escala volta a ser o melhor modelo de produção agrícola para atender as necessidades sociais

da época, o que significa afirmar que a escravidão se tornou desnecessária. Já que, o escravo passou a produzir menos do que custava a sua manutenção, e a partir desse momento o escravismo desaparece como um sistema de exploração em grande escala. A nobreza dona destas grandes extensões de terra entra em crise oportunizando o crescimento de outras camadas da sociedade (Ponce, 2005).

Neste cenário de crise surge o cristianismo onde Ponce (2005, p.87) nos diz que

As transformações que a sociedade sofreu durante o feudalismo impuseram no domínio religioso, em relação à Antiguidade, algumas diferenças de importância, ainda que não de molde a alterar o seu conteúdo de classe. A religião cristã, que nos seus começos encarnou os ideais confusos, mas rebeldes, dos exploradores de Israel, encontrou entre os romanos que nada possuíam uma atmosfera propícia para sua difusão. Perseguindo a princípio como ameaça, o cristianismo foi atenuado pouco a pouco o seu ímpeto inicial, de tal modo que, quando, no decorrer de poucos séculos, se transformou na religião do Império, ele já havia perdido totalmente a sua primitiva significação. Os gritos contra propriedade privada e contra a exploração por parte dos poderosos, que ressoaram todavia durante algum tempo entre os primeiros padres da Igreja, foram-se extinguindo, não sem o protesto das massas.

Essas afirmativas nos levam a pensar quais teriam sido os fatores que fizeram a Igreja evoluir tanto neste período. Será que só a propagação junto aos escravos da idéia de que todos eram iguais perante Deus e que o reino do céu esta prometido aos homens de “bem”.

Veremos que além desses fatores, temos um ponto crucial para este crescimento do cristianismo que era “porque os monastérios foram, durante toda a Idade Média, poderosas instituições bancárias de crédito rural” (Ponce, 2005, p. 89).

Em um regime como o feudal, onde a economia se baseia na exploração agrária, seria redundante ressaltar a importância de uma instituição que não só tomou em suas mãos a direção da agricultura, como organizou laboriosamente a primeira economia estável que se conhece: economia isenta, em grande parte, dos meios de aquisição violenta que caracterizavam o mundo feudal (Ponce, 2005).

Sobre a educação neste período, como podemos perceber ao longo de todo este trabalho, estava novamente sendo usada como ferramenta de manutenção das camadas dominantes. E como não poderia ser diferente a igreja também utiliza educação enquanto ferramenta de controle quando encontramos como as primeiras “escolas” medievais justamente os monastérios. Acerca deste assunto Ponce (2005, p. 91) diz

Desde o século VII, encontramos monastérios espalhados por todos os países que constituíram o velho Império Romano. Desaparecidas as escolas “pagãs”, a Igreja se apressou em tomar em suas mãos a instrução pública. Mas como a influencia cultural dos monastérios tem sido, propositadamente, muito exagerada, tornemos claro que as escolas monásticas eram de duas categorias: umas destinadas à instrução dos futuros monges, chamadas “escolas para oblatas”, em que se ministrava a instrução religiosa necessária para a época, categoria essa que, no momento, não nos interessa, e outras, destinadas à “instrução” da plebe, que era nessas escolas – as únicas que podiam ser freqüentadas pela massa – não se ensina a ler, nem a escrever. A finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas. Herdeiras das escolas catequistas dos primeiros tempos do cristianismo, estas escolas não se incomodavam com a instrução, mas sim com a pregação.

Esta afirmação só vem consolidar o pensamento da educação como ferramenta de dominação de uma determinada classe social que esta no poder. Infelizmente veremos que este artifício ainda será muito usado no transcorrer dos tempos dentro das sociedades.

Ainda sobre a educação feudal, podemos constatar em tal modelo de formação uma total separação entre educação corporal e educação intelectual, a formação para o corpo é separada da mente e os trabalhos manuais são de uso exclusivo da plebe que deixa de ser escrava no nome, entretanto continua servil e submissa a classe detentora do poder.

“Processo natural dentro deste novo molde de educação o surgimento das primeiras universidades, que no seu inicio não passavam de reuniões livres de homens que se propuseram o cultivo das ciências” (Ponce, 2005, p. 100).

A fundação das universidades permitiu que a burguesia participasse de muitas das vantagens da nobreza e do clero, que até então lhe tinham sido negadas, sendo o ingresso dos filhos desta burguesia nas ordens religiosas um dos fatos de maior relevância uma vez que somente os filhos dos nobres poderiam usufruir de tal “privilégio”.

A riqueza dos comerciantes e dos industriais – burguesia – estava criando agora nas universidades medievais um clima adequado para o aparecimento dos doutores, da mesma forma que, muito tempo antes, no século V a.C., em Atenas, tinham feito surgir os *sofistas*⁶ e, mais tarde, já em Roma, os *retores*. De fato, era a riqueza destas pessoas

⁶ Os sofistas foram os primeiros filósofos do período socrático. Esses se opunham à filosofia pré-socrática dizendo que estes ensinavam coisas contraditórias e repletas de erros que não apresentam utilidade nas

que dominavam as universidades, todos os seus membros eram ricos, dos alunos aos reitores.

O simples fato de que o ensino era pago indica bem qual espécie de aluno frequentava à universidade. Gozavam todos de boa situação financeira, o suficiente para pagar os seus professores, as pensões em que viviam, custear viagens e pagar enormes taxas exigidas, de certo modo equivalentes as das nossas universidades atuais (Ponce, 2005).

A grande alteração que podemos perceber durante este período encontra-se na educação corporal, onde as “virtudes” guerreiras são substituídas pela educação cavaleiresca, essa marcada por uma profunda aculturação, acompanhada por uma institucionalização, ao modo de vida dos castelos e das cortes, onde desde os primeiros passos lhes eram ensinados as técnicas de guerra e da política.

A cerca desta nova formatação de educação do físico Sousa Sobrinho (2005, p. 23) afirma que

A formação cavaleiresca, exclusiva das classes dominantes, valoriza a honra, isto é, o comportamento moralmente correto mais do que as próprias técnicas de guerra, refletindo assim uma mudança gradual, através da história, na qual a educação corporal passou a se distanciar do cotidiano das classes dominantes, mesmo continuando a servir desta. Com efeito, as atividades de poder vão aos poucos se tornando apenas o “dizer” político.

Enquanto isso os modos de produção se desenvolviam e a mão de obra, desqualificada fez surgir à necessidade da criação de escolas profissionalizantes. Eis aí que surgem as primeiras escolas voltadas para as classes dominadas, caracterizando assim uma forte mudança, uma vez que estas classes apenas recebiam migalhas de instrução formal de ler, escrever e fazer contas.

O que veremos a frente apenas consolidará todo esse processo histórico educacional, onde poderemos perceber a influência causada na educação de uma sociedade dividida em classes e qual a importância de um sistema de educação do corpo neste contexto.

3. O ideal de educação do homem burguês, o capitalismo e a educação do físico como aliada deste sistema.

polis (cidades). Dessa forma, substituíram a natureza que antes era o principal objeto de reflexão pela arte da persuasão. Dados retirados do site <http://www.mundoeducacao.com.br/filosofia/sofistas.htm>, no dia 01 de novembro de 2010 às 13h16m.

Analisaremos agora como se comporta esta nova classe social – a burguesia –, sua consolidação como uma liderança social dentro da comunidade feudal em crise, percebendo as mudanças geradas na economia que acabaram por refletir no modelo educacional.

No século entre 1300 e 1400, que marca o fim da Baixa Idade Média, começa a surgir a classe burguesa e, não coincidentemente, no mesmo período se propagam as idéias humanísticas. Tal ideário desprezava a instituição escolar como um mecanismo de divulgação da cultura, além de afirmar que o indivíduo é nobre por força da natureza. Essas teorias deterministas impregnaram a própria educação, fortalecendo a divisão social existente neste período histórico, influencia que chegou até os gramáticos que se esforçavam em dissuadir às classes populares do estudo, argumentando que era uma atitude anti-humanista a classe aristocrática desejar um trabalhador culto (Sousa Sobrinho, 2005, p. 23).

Com ênfase para a preparação de novos governantes, a nobreza voltava sua educação para tais ideais, enquanto a educação guerreira estava por completa substituída pela educação cavaleiresca onde o aprendiz era formado para servir a seu rei e a Deus, influência direta do cristianismo, mesmo que isso lhe custasse à vida, o que neste caso seria a maior honra para o cavaleiro, morrer servindo a seu rei.

Com isso temos claro esse modelo de educação antagônico, onde o intelecto está dissociado do prático, as atividades corporais continuam sendo vistas como atividades inferiores, até mesmo as atividades guerreiras.

Esse crescimento da burguesia associado às novas técnicas de produção fez surgir no mercado novas necessidades, uma mão de obra mais qualificada onde a simples instrução para a leitura e o fazer contas não bastavam para garantir o bom andamento da produção.

Como já falamos anteriormente, com a crise do feudalismo e o crescimento da burguesia chegamos a um momento histórico, “uma tomada de consciência sobre o valor laico da educação, além de uma crescente democratização, politização e estatização da instrução após as revoluções francesas e americanas” (Sousa Sobrinho, 2005, p. 24).

À medida que as distâncias entre o capitalista que dirige e o operário que produz aumentavam, mais desaparecia a antiga colaboração que existia entre eles, e mais se

acentuava o caráter despótico⁷ do capitalista. E isso pela razão extremamente simples de que a orientação geral da produção capitalista consiste em valorizar o mais possível o capital e, portanto, em explorar e tiranizar cada vez mais a força de trabalho do operário (Ponce, 2005).

Distância do trabalho material, por um lado, despotismo, pelo outro, eis aí os dois traços fundamentais da psicologia do capitalista. E que outra coisa encontramos também na psicologia do barão feudal, tão distinta do burguês em outros pontos? O triunfo do capitalismo, sobre o feudalismo, apenas significou realmente triunfo do método de exploração burguesa sobre o método de exploração feudal. E, pelo fato de que nem o capitalista, nem o nobre, participavam diretamente do trabalho, ambos podiam prescindir dessa cultura técnica que o primeiro exigia dos seus trabalhadores (Ponce, 2002, p. 150).

A educação corporal, até então distante das classes consideradas inferiores, passa agora a se fazer presente na preparação dos pobres e reeducação dos delinquentes, com ênfase exagerada sobre o fortalecimento moral do indivíduo. Há também uma grande importância em sua atuação como atividade de distração no tempo livre da classe trabalhadora, estando ocupados com atividades físicas não estariam “pensando” ou até mesmo se articulando por melhores condições de vida e mesmo após essas atividades estariam cansados e teriam de repousar para a longa jornada de trabalho que os aguardava no dia seguinte.

A partir das duas grandes revoluções burguesas ocorridas no século XIX – a revolução francesa e a revolução industrial na Inglaterra – o capitalismo consolida-se, na Europa, como uma nova organização social. Como analisa Soares *apud* Sousa Sobrinho (2005, p. 26)

o período de transição do antigo sistema feudal para a sociedade do capital é de extrema importância para a educação física, pois dentro desta nova sociedade o ser humano transforma-se em recurso humano, em força primária de trabalho do sistema de produção “o corpo individual enquanto unidade produtiva máquina menor da engrenagem da indústria capitalista, passa então a ser uma mercadoria.”

“Assim a “educação física” tornou-se parte insuprimível da reflexão sobre a formação humana” (Sousa Sobrinho, 2005, p. 24). O sustentáculo deste novo modelo de sociedade é o trabalho da classe suprimida, que se exaure nas longas jornadas de trabalho sem que com isto estejam garantidas as condições mínimas para viver.

⁷ Próprio de déspota; tirânico; opressivo. Olinto, A. – Minidicionário Antonio Olinto da língua portuguesa – São Paulo: Moderna, 2001, p. 165.

Para justificar essa miséria e desigualdade sem desmistificar o falso ideário de igualdade presente na revolução francesa, a classe burguesa encontra na abordagem positivista das ciências biológicas, o meio necessário para justificar a divisão em classes superiores ou inferiores como um fenômeno da natureza, onde o homem deveria contentar-se com sua condição de existência.

CONCLUSÃO

Após a montagem deste panorama, onde vimos a caminhada da educação do homem desde sua fase mais primitiva, passando por sua construção enquanto sociedade e todas as influências que eram determinadas pelas classes dominantes, pudemos nos debruçar na evolução da educação face este contexto.

Percebemos, no transcorrer da história do homem o quão valiosa era a educação da classe menos favorecida para cumprir os interesses dos que estavam no poder e entendemos aqui não o conceito de educação que temos hoje, aquela que serve para ensinar as primeiras letras e a fazer as primeiras contas, estamos falando de uma educação voltada para o trabalho, uma instrução, que em momento algum se referia aos conceitos culturais. Neste ponto já nos fica claro a divisão da sociedade em classes uma vez que esse modelo de educação acima citado era dado aos trabalhadores enquanto para os filhos da classe dominante eram trabalhadas as “virtudes”, que os preparavam para a função de governar.

Este passeio pela história só veio salientar as relações de classe existentes na sociedade e que dentre todos os processos a educação sempre foi utilizada como um instrumento idealizador a serviço da classe dominante.

Quando procuramos entender como os sistemas econômicos influenciam na educação, percebemos a força desta influência nas determinações que regem o sistema educacional quando os planos de ação tem que passar pelas mãos de quem tem o poder.

Concluimos com esta pesquisa o quão grande é nosso desafio como professor e a importância do nosso papel na formação deste ser social, tendo que, para cumprir tal missão, nos despiremos de certos “valores” inculcados durante a nossa educação e buscarmos proporcionar aos nossos alunos uma visão crítica e reflexiva do mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 21ª edição, São Paulo: Cortez, 2005

SOUSA SOBRINHO, José Pereira. **Uma análise crítica sobre a formação acadêmica/profissional**: o curso de educação física da Universidade Estadual do Ceará no centro do debate. Fortaleza, 2005. Monografia (Licenciatura em Educação Física), Universidade Estadual do Ceará.

_____. **Formação em educação física**: uma análise à luz da centralidade do trabalho. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Federal do Ceará.